

# Concluído o ajuste, prioridade é incógnita

Líderes de partidos não se entendem: tucanos querem reforma política e petebistas a tributária

Maria Lima e James Allen

• BRASÍLIA. Trabalhando a reboque das propostas do Executivo nos últimos quatro anos, o Congresso sai da votação do ajuste fiscal sem uma agenda de matérias de iniciativa própria para os próximos meses. Os líderes dos partidos no Congresso não se entendem sobre a prioridade número um da tão falada "agenda positiva" que pretendem iniciar após o segundo turno da votação da CPMF, esta semana. Não há acordos nem entendimento prévio sobre o que interessaria mais à sociedade: a reforma política, a reforma tributária ou a regulamentação das reformas administrativa e previdenciária.

Os tucanos defendem a reforma política. Os petebistas os acusam de estar querendo, com esta reforma, lançar uma cortina de fumaça sobre a reforma tributária, evitando uma discussão que vai gerar muita briga entre União, estados e municípios. Existe a intenção dos líderes de se reunirem, nesta terça-feira, para estabelecer uma pauta, mas ainda não há confirmação.

A reforma política, que os tucanos querem votar em 90 dias, trata da criação do fundo de financiamento público das campanhas, de fidelidade partidária, de cláusulas de barreira para acabar com as legendas de aluguel e de voto distrital. O único ponto que sensibilizaria diretamente o eleitor, o voto facultativo, já está descartado.

— Queremos popularizar a reforma política. Mostrar que não será uma re-

forma só para beneficiar os políticos, mas que interessa também à sociedade. Essas mudanças são básicas para todas as outras reformas — diz o líder do PSDB, Aécio Neves (MG), informando que o partido vai usar as inserções a que tem direito no rádio e na TV para informar a opinião pública.

## Jefferson, do PTB: "Reforma política só interessa aos que têm poder"

Ao protestar contra a votação de tantos impostos, no lugar de uma reforma tributária profunda, o líder do PTB, Roberto Jefferson (RJ), atacou duramente os defensores da reforma política como matéria prioritária da dita agenda positiva. O deputado Luiz Antônio Fleury (PTB-SP) disse que, se o Governo não reapresentar a emenda da reforma tributária, o partido vai formar uma comissão para discutir as propostas existentes e encaminhar uma emenda para iniciar a reforma tributária o mais rapidamente possível.

— A reforma política não vai reduzir os juros, matar a fome nem devolver o emprego de ninguém. Só interessa aos que têm poder — critica Jefferson.

— Meu eleitorado lá da Mooca não quer saber nada de cláusula de barreira. Falar em reforma política nesse momento é jogar areia nos olhos do cidadão para que ele não enxergue a crise. O Congresso não pode fazer como o avestruz, enfiando a cabeça na terra para não enxergar a realidade — completa Fleury.

O líder do PFL, Inocêncio Oliveira

(PE), garante que o Congresso continuará votando matérias de interesse do país. O primeiro projeto que chegará ao plenário deverá ser o que muda o conceito de imunidade parlamentar e facilita os processos contra parlamentares em casos de crimes comuns. Ele defende também prioridade para o projeto que institui a quarentena para os ex-diretores do Banco Central.

— O presidente lembrou bem a citação de Engels, que alertou para a necessidade de o Parlamento discutir matérias que realmente interessem ao cidadão comum — disse Inocêncio.

## Prioridade do Governo são reformas administrativa e previdenciária

Entre as matérias citadas como prioritárias pelo líder do Governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), estão os três projetos de regulamentação da reforma administrativa e dois que ainda restam para regulamentação da reforma da previdência. Se os líderes não se apressarem, a agenda da Câmara pode ser monopolizada novamente pelas matérias de interesse do Governo.

Madeira reconhece que a aprovação da reforma tributária, ou mesmo o início do debate sobre a matéria, não depende muito da boa vontade do Governo.

— O principal problema é a disputa dos estados e municípios. A reforma tributária não pode ser vista como um problema do Governo. O Congresso é que tem que ter um papel moderador nesta discussão — diz o líder.

Uma comissão suprapartidária coor-

denada pelo deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) tenta estabelecer a prioridade, mas obteve até o momento pouco mais do que um amplo cardápio, que inclui desde as reformas tributária, do Judiciário e do sistema financeiro até a quebra do sigilo bancário. Para fazer andar a reforma tributária, a base governista sequer criou a comissão especial, cuja instalação também está prevista para terça-feira.

Deverão ser confirmadas as indicações de Germano Rigotto (PMDB-RS) para a presidência da comissão especial e de Mussa Demeis (PFL-PI) para sua relatoria. Mas ainda terá que ser discutido pelos governistas se a criação do imposto sobre combustíveis, o Imposto Verde, vai ou não para a comissão da reforma tributária.

Mas nem mesmo parlamentares governistas acreditam que sua discussão vá engrenar. Um parlamentar influente da base admite que o Governo não vai querer desconcentrar poder de arrecadação dos tributos e correr o risco de reduzir sua receita depois de fazer um ajuste fiscal na proporção que está sendo feita.

O líder do PT na Câmara, José Genoino (SP), admite que a questão é suprapartidária e que vai cobrar dos governistas a disposição mostrada para fazer a reforma tributária quando defenderem a aprovação da CPMF, mas duvida que progrida.

— O Congresso não tem vontade própria. Ele só anda tocado pelo Poder Executivo — critica. ■